

RELAÇÕES DE CLASSE DOS DOCENTES DA REDE BÁSICA: degradação no trabalho e resistência à proletarização

CLASS RELATIONS OF TEACHERS IN THE BASIC NETWORK: work degradation and proletarianization resistance

Davisson Charles Cangussu de Souza ¹

Resumo

O artigo se propõe a discutir as relações de classe entre os professores, tendo em vista o debate acerca da inserção de classe dos trabalhadores não manuais e os estudos sobre o trabalho docente, especialmente aqueles que argumentam acerca de um processo de proletarização da categoria. Para tanto, analisaremos alguns dados do questionário que aplicamos a 607 professores das escolas públicas da rede básica de Guarulhos-SP. Este instrumento teve como objetivo avançar na análise das determinações econômicas, políticas e ideológicas de classe na categoria. Para dialogar com a literatura e discutir a inserção de classe dos docentes, problematizaremos os dados sobre a mobilidade social a partir da carreira, as condições laborais, a percepção da autonomia e controle no processo de trabalho, as manifestações da ideologia meritocrática, e a ação político-sindical.

Palavras-chave: Classes sociais; trabalho docente; política e ideologia; educação básica; proletarização.

Abstract

The article aims to discuss the class relations among teachers, considering the debate about class insertion of non-manual workers and the studies about teaching work, especially those who argue about a proletarianization process in this category. We will analyze data from the questionnaire we have applied to 607 teachers from public schools of the basic network of Guarulhos-SP. This instrument aimed to advance the analysis of economic, political and ideological class determinations in the category. To dialogue with the literature and discuss the teachers' class insertion, we have discussed the data about social mobility from the career, working conditions, perceptions of autonomy and control in the work process, the manifestations of meritocratic ideology, and the action political union.

Keywords: Social classes; Teaching work; politics and ideology; basic education; proletarianization.

¹ Professor do curso e do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Classes e Conflitos Sociais (Gepecso/Unifesp).

Introdução

O debate atual sobre as condições de trabalho, os posicionamentos ideológicos e a ação política dos professores carece de uma problematização teórica mais sistemática sobre as relações de classe na categoria. Por um lado, alguns autores afirmam que a degradação das condições de trabalho dos docentes, e a prática sindical de resistência a este processo, seria suficiente para demarcar os professores no conjunto do proletariado ou atestar seu processo de proletarização. Alves (2009), por exemplo, parte da noção de que as classes resultam do lugar que os indivíduos ocupam na divisão social do trabalho para afirmar que os professores são proletários. Por outro, aqueles que resistem a uma utilização restrita do conceito de proletariado (como sinônimo de trabalhadores assalariados) têm o mérito de avançar na análise dos processos de precarização, desqualificação e desprofissionalização – em alguns casos mencionando-os como evidências do processo de proletarização –, mas não explicitam a inserção de classe dos docentes (OLIVEIRA, 2004; OLIVEIRA, VIEIRA, 2012)². De um lado, afirma-se que os professores já são proletários; do outro, que estão sujeitos a um processo de proletarização, mas sem explicitar, de maneira clara, se estes estariam inseridos nas classes médias, ou na pequena-burguesia³. Em ambas as vertentes, nem sempre o conceito de classes fica claro, e em alguns casos é equivalente às categorias socioprofissionais ou aos estratos socioeconômicos (geralmente baseados em faixas de renda).

O principal objetivo teórico deste artigo é revisitar a questão da inserção de classe dos docentes, a qual foi objeto de intenso debate entre os anos 1970 e 1990 (APPLE, 1989; APPLE, KENNETH, 1991; ENGUITA, 1991; JÁENZ, 1991, OZGA, LAWN, 1991). Para estes autores, os professores estariam submetidos a um processo de proletarização, seja por conta da perda da autonomia e controle em seu processo de trabalho (proletarização técnica), seja porque vinham perdendo o controle sobre os objetivos e finalidades de seu trabalho (proletarização ideológica)⁴. No Brasil, este debate não foi acompanhado de dados empíricos que dessem sustentação às principais teses. As pesquisas que se produzem com inspiração teórica nestes autores analisam aspectos

² Esta última referência reúne diversos textos que discutem as condições de trabalho dos professores, com destaque para o processo de precarização, mas sem entrar no debate sobre a inserção de classe dos docentes.

³ Há ainda a posição de Tumolo e Fontana (2008), que ao restringirem o conceito de proletariado ao trabalhador produtivo, afirmam que somente os professores das empresas privadas são proletários. Porém, embora estes autores afirmem que os docentes da rede pública, por não produzirem mais-valia, não sejam proletários, também não avançam na análise da inserção de classe destes últimos.

⁴ Não descreveremos as particularidades das principais teses destes autores por conta dos limites de espaço deste texto. Um balanço deste debate no Brasil pode ser encontrado em Tumolo e Fontana (2008)

centrais das condições de trabalho dos docentes, mas não vêm permitindo problematizar as relações de classe na categoria. Nesse sentido, são mais úteis para analisar os processos de desprofissionalização e precarização do trabalho do que o de proletarização.

A rigor, esta tendência de descolamento entre reflexão teórica e pesquisa empírica pode ser estendida ao debate sobre classes sociais como um todo. São raros os estudos que discutem a teoria das classes a partir de procedimentos empíricos de pesquisa quantitativa⁵. De modo similar, a discussão sobre a inserção de classe dos professores também carece de dados quantitativos que vão além da equiparação simplista das classes a estratos socioeconômicos de renda⁶. Os dados mais substantivos produzidos no Brasil sobre os professores são aqueles que dizem respeito a suas condições de trabalho. Além dos dados do Censo Escolar feito pelo INEP/MEC e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), encontramos diversas investigações acadêmicas, entre as quais destacamos a pesquisa “Trabalho docente na Educação Básica no Brasil”, coordenado pelo GESTRADO/UFGM, que realizou um amplo levantamento em sete estados brasileiros (OLIVEIRA, VIEIRA, 2012). Porém, como já afirmamos, embora produza resultados muito pertinentes para pensar as condições de vida e trabalho da categoria, não é o intuito dessa pesquisa debater a inserção de classe dos docentes.

Com o objetivo de contribuir para essa questão, buscamos revisitar a teoria das classes, e mais especificamente o debate sobre a inserção de classe dos docentes, colocando à prova suas principais teses a partir de uma pesquisa quantitativa. Para tanto, aplicamos um questionário a 607 professores da rede básica de Guarulhos-SP, construído a partir de questões que buscavam operacionalizar os principais critérios de definição da inserção de classe – de modo geral e dos trabalhadores não-manuais em particular – presentes na bibliografia. Nosso propósito com esta pesquisa foi debater a inserção de classe dos docentes e problematizar a noção de proletarização, muitas vezes identificada com o processo de precarização e desprofissionalização presente nas relações de trabalho da categoria. Assim, procuramos avançar na análise de elementos econômicos, políticos

⁵ Algumas exceções são os trabalhos de: Carrera e Podestá (1989), que realizaram um exercício empírico de análise da estrutura social argentina a partir do repertório conceitual de Marx, Engels, Lênin e Gramsci; no Brasil, Santos (2005), propôs uma classificação socioeconômica a partir do repertório teórico de Eric Olin Wright; Quadros (2003), inspirado na obra de Wright Mills propõe uma classificação baseada em treze classes ocupacionais; e Maia (2009), baseando-se na inserção socioocupacional e na renda familiar propõe uma classificação da “estrutura de classes” no Brasil.

⁶ Um dos poucos autores que vem debatendo a noção de classes sociais para o estudo dos trabalhadores docentes a partir de pesquisas quantitativas é Donaire (2009, 2010, 2012). Muitas das questões que analisaremos aqui têm como referências os trabalhos que este autor vem realizando para o caso argentino.

e ideológicos que permitissem elaborar um exercício de síntese das múltiplas determinações de classe presentes na realidade dos professores.

Em síntese, os objetivos de nossa pesquisa foram os seguintes: i) problematizar a inserção de classe dos docentes; ii) analisar suas condições de trabalho, disposições ideológicas e participação política; iii) construir um procedimento empírico que possibilitasse relacionar a estrutura socioocupacional com a análise das relações de classe; iv) testar a pertinência dos principais pressupostos presentes na literatura clássica para analisar a inserção de classe dos trabalhadores não-manuais; v) problematizar a tese da proletarização e as noções de precarização e desprofissionalização a partir do estudo da categoria docente.

Nossa análise busca problematizar o conjunto dos argumentos presentes na teoria das classes e no debate sobre a inserção de classe dos trabalhadores não manuais para testar as teses da proletarização docente. Para tanto, buscamos construir indicadores para analisar os seguintes elementos: a qualificação dos docentes; a trajetória social a partir da inserção na carreira; a manifestação da ideologia meritocrática; a autonomia e o controle no processo de trabalho; as condições de trabalho; a organização político-sindical. A justificativa para a escolha desses fatores ficará mais clara a seguir com a exposição dos dados.

Procedimentos de pesquisa e principais resultados

Nosso principal procedimento de pesquisa foi a aplicação de uma enquete com uma amostra representativa⁷. De um universo composto por 13.959 docentes, conseguimos obter 607 participantes⁸. O controle amostral foi feito por rede do estabelecimento (municipal e estadual)⁹, nível de ensino (infantil, fundamental e médio), tipo de vínculo (se efetivo ou temporário), sexo e região de Guarulhos, procurando aproximar a amostra das características da população.

⁷ Esta etapa da pesquisa contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa da Unifesp (FAP-Unifesp), que concedeu 5 bolsas de Iniciação Científica a nosso projeto, intitulado “Condições de trabalho e relações de classe dos docentes da rede básica de ensino no município de Guarulhos-SP”, entre abril de 2013 e março de 2014. Agradeço à EFLCH/Unifesp pelo apoio durante a realização da pesquisa, e aos bolsistas que trabalharam no projeto, principalmente pela aplicação do questionário e tabulação dos dados.

⁸ Utilizamos a fórmula $n = N \times n' / N + n'$, em que n = número de elementos da amostra; N = população; n' = 625 (população “grande”); intervalo de confiança = 95%, que nos indicou o objetivo mínimo de 598 entrevistados.

⁹ Inicialmente pretendíamos contemplar os docentes da rede privada. Porém, a dificuldade de agendar entrevistas nas escolas particulares nos fizeram desistir deste procedimento, e nos restringimos às escolas municipais e estaduais.

O tempo previsto para a aplicação do questionário era de 40 minutos¹⁰. Dada a dificuldade de marcar entrevistas individuais e o nosso objetivo de atingir cerca de 600 questionários, optamos pelo que chamamos de “auto-aplicação dirigida e coletiva”, em que um ou dois bolsistas se reuniam com um grupo de 10 a 20 professores, faziam a leitura coletiva das perguntas e orientavam o preenchimento. Uma das principais dificuldades desse procedimento foi a extensão do tempo de realização da pesquisa para 1 hora, o que acarretou na perda da qualidade de alguns dados, já que alguns questionários ficaram incompletos ou preenchidos de modo inadequado¹¹.

Para conseguir a aplicação coletiva, o coordenador do projeto entrou em contato telefônico com as escolas para conseguir a autorização para que os bolsistas realizassem a pesquisa durante as Atividades de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPCs). Após prévia autorização da Direção, no início da aplicação os professores assinavam um termo de consentimento, que explicitava as condições de realização da pesquisa e questões éticas como a garantia do anonimato na divulgação dos dados.

O questionário era composto por 60 questões fechadas¹², dividido em três grandes dimensões: I) Trabalho; II) Representações ideológicas; III) Ação política¹³. Dentro da dimensão Trabalho, contemplamos os seguintes elementos: A) Trajetória e inserção sócio-profissional; B) Salário, emprego e renda familiar; C) Condições de trabalho; D) Relações de Trabalho; e E) Processo de trabalho. As questões relacionadas às representações ideológicas abarcaram a análise da ideologia do mérito, o autopertencimento de classe, e o posicionamento ideológico em relação a políticas educacionais. Por fim, as questões que versavam sobre a ação política trataram acerca da participação na atividade sindical, especialmente o uso da greve como instrumento de mobilização.

As entrevistas foram realizadas em 32 das 573 escolas e em 19 das 46 regiões de Guarulhos¹⁴. Foram entrevistados 497 mulheres (81,88%) e 109 homens (17,96%)¹⁵. Embora o questionário contemplasse o preenchimento dos dados de até três escolas, vale

¹⁰ Esta duração foi prevista durante a aplicação do pré-teste, realizado com 20 participantes.

¹¹ Utilizamos como critério para anulação de questões a frequência 15% de respostas não informadas. Porém, nenhuma questão teve de ser anulada.

¹² Após a tabulação, o Banco de Dados gerou 415 variáveis.

¹³ A escolha dessas dimensões se deve ao nosso propósito teórico de discutir as classes sociais a partir de critérios econômicos, políticos e ideológicos.

¹⁴ A divisão da amostra segundo a região buscou distribuir os entrevistados proporcionalmente ao número de escolas, já que não contamos previamente com os dados de número de professores por estabelecimento.

¹⁵ Este dado é bastante semelhante ao da Prova Brasil, que tanto no município de Guarulhos como nacionalmente indicou a existência de cerca de 80% de professoras e 20% de docentes do sexo masculino. Vale dizer que embora não seja aplicada à mesma população que contemplamos na pesquisa, a Prova Brasil nos serviu como um parâmetro para reduzir as possíveis distorções.

mencionar que para o controle amostral consideramos apenas a opção “Escola 1”, já que a orientação durante a aplicação foi de que este campo fosse destinado ao estabelecimento principal de atuação. Sobre a rede ensino, 65% atuam na rede estadual e 35% atuam na rede municipal¹⁶. Assim, também referindo-nos à “Escola 1”, 67,6% possuem um cargo efetivo e 32,4% atuam como temporários¹⁷. Em relação à autodeclaração de cor, segundo os critérios de classificação propostos pelo IBGE, obtivemos os seguintes resultados: 60,3% dos professores se consideram brancos, 24,38% pardos, 12,19% pretos, além de 1,81% amarelos, 0,99% indígenas; e 0,33% que não informaram.

Para problematizar a inserção de classe dos docentes selecionamos cinco dimensões para tratar neste artigo¹⁸: 1) Trajetória sócio-profissional; 2) Condições de trabalho; 3) Autonomia e controle no processo de trabalho; 4) Ideologia do mérito; e 5) Participação sindical e utilização da greve. Nossas principais hipóteses relacionadas a estas dimensões são as seguintes: i) a trajetória social e profissional marcada pela mobilidade social e de classe em relação à família; ii) percepção de tentativas de controle externo no processo de trabalho; iii) evidências de precariedade no trabalho; iv) manifestação acentuada da ideologia do mérito; v) alta participação sindical e grevista, especialmente nas escolas estaduais. Como veremos a seguir, nem todas as nossas hipóteses se confirmaram.

Inserção na carreira marcada pela ascensão social

Diversos dados coletados demonstram que a entrada na carreira docente é predominantemente marcada pela ascensão social. Observamos inicialmente que o recrutamento para a carreira se dá em famílias¹⁹ proletárias (trabalhadores manuais com baixa escolaridade), enquanto o recrutamento matrimonial²⁰ se dá na pequena-burguesia (pequenos proprietários) e entre os trabalhadores não manuais com alta escolaridade²¹. A

¹⁶ Este número também ficou bastante próximo ao da população total de professores de Guarulhos, composta por 68% de professores da rede estadual e 32% atuantes na rede municipal.

¹⁷ Dado também bastante próximo de Guarulhos na Prova Brasil, composta por 71% de efetivos e 29% de temporários.

¹⁸ Outras dimensões abordadas em nosso questionário são tratadas pelos demais artigos deste dossiê. Ver também o artigo de Souza, Fernandes e Filgueira (2015).

¹⁹ Família aqui entendida no sentido amplo, já que o questionário permitia o preenchimento de até dois responsáveis (pai, mãe ou outro) pela educação do(a) entrevistado(a) quando este(a) tinha 18 anos. A delimitação da idade nos servia como parâmetro para identificar o perfil dos responsáveis em um mesmo momento da trajetória individual dos entrevistados, qual seja, o que marca o limite entre a idade escolar desejada e a maioria jurídica.

²⁰ Ou seja, o pertencimento de classe dos cônjuges.

²¹ Chamamos a atenção para esta questão a partir de Lockwood (1962), que destaca a mobilidade

Tabela 1 mostra que enquanto 62,4% do Familiar 1 e 63,4% do Familiar 2²² possuem até o Ensino Fundamental, apenas 8,4% dos cônjuges tinham este grau de escolaridade. Por outro lado, enquanto 11,2% do Familiar 1 e 6,7% do Familiar 2 concluíram o Ensino Superior, 45,8% dos cônjuges²³ possuíam este nível de formação²⁴.

Tabela 1. Escolaridade dos familiares e dos cônjuges, em %

	Até Ensino Fundamental	Ensino Superior completo
Familiar 1	62,4	11,2
Familiar 2	63,4	6,7
Cônjuge	8,4	45,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Gepecso (2014).

Essa disparidade fica ainda mais evidente quando comparamos os níveis de escolaridade mais baixos, tal como exposto na Tabela 2. Tomando os dados do Familiar 1, observamos que enquanto 4% são analfabetos e 5,8% não tem escolaridade mas sabe ler, entre os cônjuges não há nenhuma destas duas situações. Vale destacar ainda o percentual inserido na faixa entre 1ª e 4ª série: 39,5% do Familiar 1 se encontram nesta situação em relação a 3,6% entre os cônjuges²⁵.

intergeracional de classe dos trabalhadores assalariados não-manuais como uma das evidências de sua condição de “classe média”.

²² Como mencionamos, o questionário possibilitava que o(a) entrevistado(a) preenchesse os dados de até dois responsáveis por sua educação (aqui descritos como Familiar 1 e Familiar 2).

²³ Vale destacar que o total de entrevistados que declararam matrimônio (inclusive na forma de união consensual) foi de 67,5%.

²⁴ É possível que esta diferença de escolaridade também se deva ao aumento geral da escolaridade do país. Uma análise geracional poderia sofisticar a interpretação destes dados; porém, não contamos com dados da idade dos familiares.

²⁵ Ainda não concluímos o agrupamento do perfil sócio-ocupacional dos responsáveis pela educação e cônjuges dos entrevistados, já que este dado foi preenchido a partir de questão aberta. Porém, é visível em uma primeira leitura, a maior frequência, no primeiro caso, de profissões como empregada doméstica, trabalhador rural, operário etc., e no segundo, de profissionais liberais, mas principalmente de professores etc.

Tabela 2. Escolaridade familiar 1 e cônjuge, em %

	FAMILIAR 1	CÔNJUGE
Analfabetos		
Sem escolaridade mas sabe ler	5,8	0
1 ^a a 4 ^a série	39,5	3,6
5 ^a a 8 ^a série	13,2	4,8
Ensino médio incompleto	3,0	24,5
Ensino médio completo	13,0	6,6
Ensino superior incompleto	4,8	13,3
Ensino superior completo	8,9	35,4
Especialização	2,1	10,3
Mestrado	0,2	0,6

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Gepecso (2014).

Outro dado que nos permite concluir acerca da ascensão social via docência é a trajetória educacional intergeracional, já que a situação típica dos professores é a formação escolar na escola pública, o diploma de ensino superior em faculdade particular e a escolaridade dos filhos na escola privada, conforme se pode observar na Tabela 3. Do total de docentes entrevistados, 88,5% estudaram exclusiva ou predominantemente na escola pública, 77,8% estudaram na rede privada de ensino superior e somente 8,1% cursou universidade pública. Por sua vez, 45,1% dos filhos de professores estudam ou estudaram somente ou predominantemente na escola pública, ou seja, quase metade em relação aos pais.

Tabela 3. Trajetória educacional típica intergeracional, em %

	Somente pública	Predominantemente pública
Escola professores	65,1	23,4
Faculdade professores	8,1	-
Escola filhos	30,7	14,3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Gepecso (2014).

Sabemos que as clivagens escolarização básica x acesso à universidade e rede pública x rede privada de ensino no Brasil são fortes demarcadores de fronteira de classe. O acesso às escolas privadas e às universidades públicas é um privilégio restrito à

burguesia, e à pequena-burguesia e classe média bem remunerada²⁶. Por sua vez, as escolas públicas são destinadas predominantemente à classe trabalhadora, e à pequena-burguesia e classe média com baixa remuneração. Entre os estudantes desta rede, aqueles que logram aceder ao ensino superior o fazem predominantemente por meio de faculdades privadas, tal como os professores de nossa pesquisa.

Passemos rapidamente da análise da situação objetiva da classe para a problematização de alguns elementos da subjetividade dos docentes. Vejamos, primeiramente, a autopercepção de classe, que pode ser considerado outro indicador do peso da mobilidade social ascendente entre os professores. Apresentamos no questionário as seguintes opções: i) classe trabalhadora, ii) trabalhador intelectual, iii) classe média, iv) pequeno proprietário, e v) classe capitalista. Vale esclarecer que estas opções não correspondem a nenhuma tipologia de estratificação de classes. O objetivo da pergunta era medir o grau de distinção dos entrevistados em relação à classe trabalhadora. Perguntamos aos professores como eles consideram a inserção de classe de sua família de origem quando tinham 18 anos, bem como qual seria, em sua percepção, o posicionamento de classe deles e da categoria docente no momento da pesquisa. Tal como se pode observar na Tabela 4, embora 77,1% definam sua família como classe trabalhadora, 53% se consideram pertencentes a esta classe. De forma semelhante, 57,7% consideram que a categoria pode ser assim definida.

Tabela 4. Percepção de classe em relação à família, em %

	Família	Entrevistado	Categoria docente
Classe trabalhadora	77,1	53	57,7
Trabalhador intelectual	1,5	18,9	23,1
Classe média	14,2	20,8	15,7
Classe capitalista	0	0,2	0,5
NI	4,3	6,1	3,1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Gepecso (2014).

²⁶ Isso significa que no Brasil se aplica perfeitamente a tese de Baudelot e Establet (1975) acerca da coexistência de diferentes sistemas de ensino voltados para a reprodução das classes sociais antagônicas fundamentais no capitalismo.

Vale ressaltar que o sentimento de pertencimento à classe trabalhadora é predominante entre os docentes. Porém, embora este seja o percentual mais alto em todas as respostas, é possível observar a existência de um elevado grau de distinção em relação à classe trabalhadora e em relação à origem familiar, já que 18,9% dos entrevistados se consideram trabalhador intelectual e 20,8% da classe média, totalizando 39,7%.

Esta questão pode ser aprofundada ainda a partir da percepção dos docentes se sua condição de vida melhorou em relação à de sua família. Conforme os dados da Tabela 5, 80,9% considera que sua condição material melhorou e 83,2%, que o acesso a atividades culturais se ampliou. Não entramos no mérito do que se considera “atividades culturais”, porém é pertinente notar que, a despeito dos critérios particulares de cada entrevistado, a maioria considerou que houve melhora ou ampliação.

Tabela 5. Condição de vida em relação à família, em %

	melhorou	permaneceu a mesma	piorou
Condição material	80,9	14,8	2,3
Acesso a atividades culturais	83,2	11,5	3,1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Gepecso (2014).

Em síntese, é possível afirmar que a carreira docente é marcada pela ascensão social pelas seguintes razões: 1) embora o recrutamento para a carreira se dê em famílias da classe trabalhadora (trabalhadores manuais de baixa escolaridade), o recrutamento matrimonial se dá na classe média/pequena-burguesia (pequenos proprietários e trabalhadores não manuais com alta escolaridade); 2) a trajetória educacional típica intergeracional é ascendente: embora os responsáveis pela educação dos entrevistados tenham baixa escolaridade e estes tenham estudado predominantemente na escola pública, acedem ao ensino superior através de faculdades privadas e logram matricular os filhos em escolas particulares; 3) embora se definam predominantemente como classe trabalhadora, é considerável o sentimento de distinção em relação a esta última; por fim, 4) a autopercepção de ascensão social é alta.

A trajetória sócio-profissional típica dos professores poderia ser considerada um primeiro indicativo de sua inserção de *classe média*²⁷. No entanto, cabe ressaltar que

²⁷ Daqui em diante utilizarei o conceito de *classe média* tal como empregado por Saes (2005), ou seja, o conjunto dos trabalhadores assalariados não manuais, que se caracterizam pela posse de um saber

ascensão social não significa necessariamente mobilidade de classe, embora no caso dos professores esta ascensão se dê por meio do acesso um título que os responsáveis por sua educação não tiveram: o diploma de ensino superior. Do total de nossa amostra, 80,8% possuem cursaram e outros 18,1% estão cursando a universidade. Ora, se os professores fossem proletários como os trabalhadores não manuais com baixa escolaridade, o ingresso na profissão não poderia ser visto como uma forma de ascensão social. Neste caso não se trata apenas de melhorar as condições de vida, mesmo porque os salários dos professores são baixos entre aqueles profissionais com diploma universitário, mas de aceder a uma condição que os diferencia da classe operária, posicionando-os de modo particular na divisão do trabalho. Em outras palavras, os professores são trabalhadores não manuais com nível de formação que conta com alto prestígio social e grau de distinção, seja em relação aos pais, seja em relação à maioria da população²⁸.

Valem ainda algumas palavras sobre porque os professores se consideram classe trabalhadora. Embora as relações de classe não possam ser traduzidas apenas e tão somente pelo que os sujeitos pensam de si mesmos, não podemos restringir a dimensão ideológica à noção de falsa consciência da realidade. Por um lado há um discurso político de construção de uma identidade de classe trabalhadora entre os docentes; por outro há um reconhecimento de que há algo que os diferencia dos demais trabalhadores, o que ficou evidente quando eles se comparam às suas famílias de origem, compostas predominantemente por trabalhadores manuais com baixa escolaridade.

Precariedade no trabalho

Antes de afirmar que as condições de trabalho docente são ou não precárias, vale problematizar o sentido deste conceito. A noção de precariedade deve sempre partir de um parâmetro no tempo e no espaço. Trata-se de um termo polissêmico, pois pode indicar diferentes questões relacionadas às condições e às relações de trabalho (jornada, contrato de trabalho, direitos trabalhistas, formas de remuneração etc.). Analisaremos como se

qualificado na forma de títulos escolares e pela unidade ideológica em torno da ideologia da meritocracia, que dissimula seu interesse em estabelecer uma hierarquia no trabalho que valoriza os trabalhadores intelectuais em relação aos trabalhadores manuais.

²⁸ No Brasil, segundo o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, apenas 11,3% dos adultos de mais de 25 anos têm acesso ao ensino superior.

distribui a presença de formas precárias de contratação²⁹. Em todos os cruzamentos feitos, encontramos fortes evidências de precariedade³⁰.

Vale ainda uma observação sobre o vínculo de trabalho. Já mencionamos que do total de nossa amostra 67,6% são efetivos em seu cargo, enquanto 32,4% são temporários na Escola 1³¹. Porém, ao observar o cruzamento segundo a rede (Tabela 6), observamos que no ensino municipal predomina a situação mais estável (90,3% dos casos), enquanto na rede estadual há apenas uma leve diferença: 49,9% de efetivos contra 47,6% de temporários.

Tabela 6. Vínculo de trabalho segundo rede de ensino e sexo, em %

	efetivo (67,6%)	temporário (32,4%)
municipal	90,3	8
estadual	49,9	47,6
total	67,6	32,4

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Gepecso (2014).

Por fim, observamos que a situação de vínculo efetivo é mais presente entre mulheres do que entre homens (Tabela 7). Se por um lado isso se deve ao fato de que a presença de mulheres é maior no ensino municipal, justamente onde as condições são melhores, por outro indica que a carreira é mais estável entre as professoras do que entre os professores.

Tabela 7. Vínculo de trabalho segundo o sexo, em %

	efetivo	temporário
feminino	68,2	27,4
masculino	51,4	43,1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Gepecso (2014).

²⁹ Em Souza, Fernandes e Filgueira (2015) analisamos mais detidamente a intensidade do trabalho docente.

³⁰ Precarização e proletarização não são fenômenos idênticos. Porém, de modo geral, a precariedade é maior entre os trabalhadores com menor prestígio social, e entre aqueles que estão mais sujeitos à proletarização. Se comparamos os professores da rede básica com os docentes do ensino superior (especialmente no setor público) isso fica evidente. Em suma, vale dizer que se por um lado os professores da rede básica podem ser inseridos na classe média, suas condições de trabalho em processo de precarização e degradação os coloca no limite da base socialmente inferior (em termos de prestígio e renda) no interior desta classe.

³¹ Não consideramos para o controle amostral a porcentagem de professores que atuam sob diferentes vínculos nas diferentes redes de ensino.

Os dados descritos neste item não permitem concluir sobre um processo de precarização dos docentes, já que não tivemos parâmetro para a comparação histórica. Outras pesquisas vêm demonstrando esse processo³². No entanto, é evidente que a precariedade das condições de trabalho são mais acentuadas entre os professores da rede estadual, onde se verifica maior presença de formas de contratação mais flexíveis. Sendo assim, seria possível afirmar que se existe um processo de proletarização em curso, ele seria mais evidente entre os professores do estado.

Até aqui chegamos às seguintes conclusões: a carreira docente é marcada pela ascensão social, embora venha passando por um processo de precarização. Segundo nossa interpretação, ambas as questões estão imbricadas. Ou seja: na medida em que se torna mais precário, o trabalho docente passa a recrutar docentes oriundos da classe trabalhadora, o que explica a percepção de ascensão social, ainda que em um contexto de precariedade.

Proletarização técnica como um processo contraditório, parcial e inacabado

Tal como mencionamos no item 1, diversos autores descrevem o processo de proletarização como perda da autonomia e controle externo sobre o processo de trabalho. Uma análise mais minuciosa dessas questões exigiria um procedimento de pesquisa qualitativa. Porém, um primeiro passo para aproximar-nos ao tema foi perguntar aos docentes que percepção têm em relação a diversos aspectos que caracterizam o seu trabalho.

Quando solicitados a definir a autonomia no processo de trabalho de acordo com a escala Likert pontuando de 1 a 5 (que correspondiam respectivamente a nenhuma, pouca, razoável, muita e total), entre 45 e 68% na rede municipal e entre 55 e 67% na rede estadual afirmaram que possuem muita ou total autonomia para definir a metodologia de ensino, selecionar os conteúdos, escolher o material didático, definir as atividades pedagógicas, avaliar os alunos e realizar o planejamento escolar.

Cabem duas observações sobre estes dados. Primeiramente, é notória a percepção entre os docentes de que a sua autonomia no processo de trabalho seja alta. Em segundo lugar, é possível observar que entre as redes de ensino, em quase todos os quesitos a percepção de alta autonomia é mais acentuada entre os professores da rede municipal.

³² Ver, por exemplo, os dados da pesquisa realizada pelo Gestrado/UFMG disponíveis em Oliveira e Vieira (2012).

Estes dados parecem contrariar a ideia de que existe um controle externo sobre seu trabalho. Ora, 28% dos entrevistados da rede estadual e 31,5% da rede municipal consideram que a Diretoria têm muita ou total interferência em seu trabalho; percentual que sobe para 32% e 34% quando avaliam da mesma forma o controle exercido pela coordenação pedagógica. Porém, 51,3% na rede estadual e 53,7% na rede municipal afirmam que existe muita ou total interferência das secretarias e ministério em seu trabalho, o que nos leva a concluir que o processo de racionalização levado a cabo pelos governos é percebido, tanto em um caso como no outro, como uma forma de controle do trabalho³³.

Como pudemos observar, se por um lado os professores consideram que possuem autonomia no processo de trabalho, por outro reconhecem a interferência externa, principalmente por parte do governo, como uma tentativa de controle sobre seu trabalho. Apesar do aparente paradoxo, esses dados podem sugerir que, embora o processo de racionalização e burocratização do trabalho esteja em curso, há uma margem considerável para a resistência e a ressignificação, o que, por sua vez, se explica na medida em que o processo de rotinização, parcialização e submissão à supervisão desta categoria é de natureza muito distinta daquela vivida pelo trabalhador proletário, como o operário fabril, que geralmente é aquele que a tese da proletarização técnica utiliza como parâmetro comparativo. Esse caráter dúbio é mais uma evidência da inserção de classe média dos docentes: embora haja um processo de tentativa de controle externo, a condição de trabalho dos professores ainda é marcada por uma autonomia que em grau e natureza lhes permitem gozar de uma situação diferenciada em relação à classe operária.

O apego à ideologia meritocrática

Até aqui podemos sintetizar nossas conclusões da seguinte maneira: por um lado, a carreira docente é marcada pela ascensão social e, embora haja tentativas de controle externo, especialmente por parte do Estado, há um sentimento predominante de que há autonomia no processo de trabalho; por outro, os professores se autodefinem como classe trabalhadora, mas reconhecem que suas condições de trabalho vêm se precarizando. Vejamos a seguir como se manifesta na categoria a ideologia meritocrática, outra referência para o debate sobre a inserção de classe dos trabalhadores não manuais.

³³ Estes dados foram explorados com mais detalhes em Souza, Fernandes e Filgueira (2015).

Apresentamos uma lista de profissões (manuais e não manuais, com maior ou menor prestígio e nível de qualificação) e solicitamos aos professores que identificassem quais poderiam ser inseridas na mesma classe dos docentes. Tal como se pode observar na Tabela 8, houve uma baixa identificação com todas elas. No caso das profissões manuais, como operário de fábrica, inspetor de alunos, lixeiro, balconista e empregada doméstica, a identificação oscilou de 20 a 32% na rede estadual e de 22 a 34% na rede municipal³⁴. No caso das profissões não manuais, como político, médico e engenheiro, a identificação de classe foi ainda menor (7 a 10% e 8 a 15%)³⁵.

Tabela 8. Identificação de classe com outras ocupações segundo a rede de ensino

	Estadual	Municipal
Empregada doméstica	20,40%	28,10%
Lixeiro	22,10%	22,20%
Balconista	22,70%	26,40%
Inspetor de Alunos	32,00%	34,00%
Operário de Fábrica	32,00%	35,70%
Policial	46,10%	52,20%
Político	7,70%	8,40%
Engenheiro	8,60%	10,50%
Médico	10,60%	15,10%
Professor Universitário	30,60%	31,10%
Nenhum	12,60%	13,80%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Gepecso (2014).

Porém, embora exista uma aparente identificação maior com as profissões manuais, ainda que ambas sejam baixas, quando perguntados sobre como deve ser o salário do professor em relação a estas mesmas profissões, a posição predominante é de que este deve ser maior do que as profissões manuais³⁶ e igual ao das profissões não manuais. Tal

³⁴ A única exceção foi o caso do policial, que por uma série de motivos que não discutiremos aqui foi o percentual mais alto (46% e 52%).

³⁵ Também no interior deste grupo encontramos a exceção no professor universitário, que teve um percentual bem mais alto que os demais (30 e 31%), muito provavelmente por se tratar da mesma profissão, e pelo fato de que embora de modo geral gozem de melhores condições de trabalho, e maior nível prestígio e qualificação em relação à educação básica, também vêm passando por um processo de precarização, especialmente na rede privada, onde nossos professores se diplomaram.

³⁶ Salvo no caso do policial e do político, onde entram outros fatores que não somente o argumento meritocrático. O artigo de Trópia, presente neste dossiê, aprofunda a análise desta questão.

como pode ser observado na Tabela 9, mais de 60% dos entrevistados afirmam que o salário do professor deve ser maior do que o do lixeiro, balconista, empregada doméstica, operário de fábrica e inspetor de alunos. Por outro lado, de 43 a 55% dos professores acreditam que seu salário deve ser igual ao do professor universitário, do médico, do juiz, do engenheiro e do diretor de escola.

Tabela 9. Percepção de como deve ser o salário do professor em relação a outras ocupações, em %

	NI	maior	igual	menor
operário de fábrica	8,9	63,59	14,83	12,69
balconista	9,06	67,71	7,25	15,82
empregada doméstica	9,88	65,73	10,38	13,84
inspetor de alunos	10,38	63,26	11,53	14,5
político	8,24	50,58	30,97	10,21
lixeiro	10,21	62,44	15,49	11,86
policial	9,06	32,45	56,01	2,47
engenheiro	9,72	19,77	55,52	14,99
professor universitário	9,06	21,09	50,41	19,44
médico	9,23	21,09	48,27	21,42
diretor de escola	8,73	20,43	48,93	21,91
juiz	9,06	21,58	43,49	25,86

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Gepecso (2014).

Relacionando esses dados com alguns dos resultados anteriormente descritos, podemos chegar a três conclusões: i) embora haja uma identificação dos professores com a classe trabalhadora, não é desprezível a tendência de distinção em relação a esta última; ii) há uma baixa identificação de classe com os trabalhadores não manuais que gozam de maior prestígio social, mas também com os trabalhadores manuais; iii) há uma reivindicação de que o salário dos professores venha a se equiparar ao dos trabalhadores não manuais. Esta última questão pode ser interpretada à luz do conceito de salário relacional (BOITO JR., 2004), é uma forte evidência da ideologia do mérito, já que funciona como elemento de distinção de classe dos professores como trabalhadores não manuais. Embora seja uma ideologia dominante, a meritocracia atende aos interesses dos trabalhadores não-manuais (SAES, 2005). Trata-se, portanto, de um argumento que,

embora no caso dos professores não sirva para justificar suas condições reais, serve como justificativa de suas pretensões salariais, sustentadas na posse do diploma de ensino superior, e na desvalorização (relacional) do trabalhador manual.

Greves e ação sindical entre os docentes

O sindicalismo é a forma de organização típica da classe trabalhadora, seja esta manual ou não manual. Porém, tal como problematiza Boito Jr. (2004), o “sindicalismo de classe média” guarda algumas particularidades em relação ao sindicalismo operário: a defesa do salário relacional e a recusa da utilização de instrumentos de luta mais avançados. Nesse sentido, quando pode, evita a greve; e quando a utiliza, recusa os piquetes³⁷. Vejamos como a ação sindical apareceu entre nossos entrevistados.

Primeiramente, é importante observar que a taxa de sindicalização dos professores é de 42,6% na rede estadual e 49,1% na rede municipal (ver Tabela 20), que pode ser considerada alta em comparação com a média nacional³⁸.

Tabela 10. Filiação Sindical segundo a rede de ensino, em %

	Estadual	Municipal
Sim	42,6%	49,1%
Não	51,8%	40,7%
NI	5,1%	9,6%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Gepecso (2014).

Porém, como podemos observar na ver Tabela 11, embora a taxa de sindicalização seja levemente mais alta na rede municipal, a vivência e adesão à atividade grevista é menor nesta rede: 18,1% contra 31,7% na rede estadual. Inicialmente, vemos que a presença de professores com vivência grevista é bastante díspar: enquanto apenas 2,3% dos professores da rede estadual ainda não presenciaram uma greve na categoria, este percentual é de mais de 26% da rede municipal. Entre os que vivenciaram, temos que do total de professores da rede estadual que declararam já ter presenciado greves, 41,4%

³⁷ O uso da greve e do piquete como instrumento de luta é um fenômeno complexo e multicausal, que depende, em última instância da conjuntura política e econômica e das orientações ideológicas e estratégias adotadas pelas organizações. Porém, a história do sindicalismo em diversos países mostra o caráter estrutural deste traço distintivo do “sindicalismo de classe média”, qual seja, a recusa da utilização desta ferramenta.

³⁸ A partir dos dados da PNAD, é possível afirmar que a taxa de sindicalização no Brasil em relação aos assalariados formais, no ano de 2009, era de cerca de 24%.

aderiram à última; entre os docentes da rede municipal este percentual cai para 23,17%. Em suma: embora contem com maior taxa de sindicalização, os professores do município de Guarulhos, historicamente, parecem convocar menos greves e estas aparentemente são mais fracas do ponto de vista da adesão³⁹.

Tabela 11. Adesão à última greve segundo a rede de ensino, em %

	Estadual	Municipal
Sim	31,7	18,1
Não	45	59,9
Ainda não presenciou	2,3	26,1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Gepecso (2014).

Solicitamos aos professores que classificassem algumas definições típicas do papel desempenhado pela greve no sindicalismo docente segundo uma escala de 1 a 5, do menor para o maior grau de concordância. Como mostra a Tabela 12, encontramos que apenas entre 15% e 18% da categoria concordam plenamente ou parcialmente com as ideias de que “a greve não é um instrumento de luta adequado pois somente prejudica os alunos” ou que “a greve é um instrumento de luta adequado para a classe trabalhadora mas não para os professores”. Porém, 48% dos professores afirmam concordar parcial ou totalmente com a ideia de que há outros instrumentos de luta mais eficazes, o que nos conduz à hipótese da relação ambígua com este instrumento de luta, argumento típico do “sindicalismo de classe média” (BOITO JR., 2004). Nesse sentido, embora a categoria faça uso da greve para se defender do processo de proletarização, o movimento busca se diferenciar da classe trabalhadora com a noção de salário relacional.

³⁹ Cabe observar que diversas pesquisas vêm mostrando, no nível nacional, o crescimento das greves docentes na rede municipal na última década, inclusive suplantando as greves da rede estadual em alguns anos. Ver, por exemplo, o artigo de Trópia e Souza (2015).

Tabela 12. Nível de concordância em relação a afirmações sobre a greve, em %

	Parcial	Plena	parcial+plena
É um instrumento de luta inadequado, pois somente prejudica os alunos	12,4	2,6	15,0
É um instrumento de luta inadequado, pois a maioria dos professores fica em casa	23,4	8,7	32,1
É um instrumento de luta legítimo, mas há outros instrumentos de luta mais eficazes	34,1	14,0	48,1
É um instrumento de luta adequado para outros trabalhadores, mas não para os professores	11,4	6,9	18,3
É um instrumento adequado, mas não logra pressionar o governo e/ou patrões	25,7	8,9	34,6
É o instrumento de luta mais adequado para a obtenção de conquistas para a categoria docente	35,9	23,2	58,1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Gepecso (2014).

Estes dados nos levam a algumas reflexões. Embora se trate de uma categoria altamente sindicalizada, a adesão à atividade grevista é mais alta entre os docentes da rede estadual. A greve é vista como um instrumento de luta legítimo e adequado para a categoria, mas se considera que há “outros instrumentos mais eficazes”. Retomando a noção de salário relacional exposta no item anterior, podemos apresentar como hipótese, a ser desenvolvida em futuros trabalhos, de que a ideologia meritocrática impõe fortes desafios à prática sindical dos professores, pois embora este seja um modo de organização típico da classe operária, é possível afirmar que se trata muito mais de uma prática de resistência à proletarianização do que de afirmação de sua condição proletária.

Considerações finais acerca da inserção de classe dos professores

Com relação aos resultados de nossa pesquisa, valem alguns comentários adicionais. Os dados demonstram a complexidade e o caráter contraditório da inserção de classe dos docentes. Partindo da análise de sua posição e função nas relações de produção, é possível inseri-lo na classe média. Ora, os professores são trabalhadores intelectuais que gozam de um saber qualificado – na forma de título escolar – que funciona como elemento de distinção da classe operária e que somente pode ser adquirida a partir de um acúmulo na forma de escolaridade prolongada (especialmente por meio do acesso ao ensino superior). Porém, ao problematizar suas relações e práticas de classe a partir das

condições trabalho, representações ideológicas e ação política, esta inserção ganha contornos mais complexos. Por um lado, os docentes se aproximam da classe operária por conta do processo de precarização no trabalho, por meio de sua autodefinição como classe trabalhadora e organização política tipicamente sindical. Por outro lado, apesar de sua autodefinição como classe trabalhadora, são diversos os elementos que os distinguem desta última: i) a carreira é marcada pela ascensão social em relação à família de origem, predominantemente composta por trabalhadores não-manuais com baixa escolaridade; ii) há uma baixa identificação de classe tanto com os trabalhadores manuais como em relação a outros trabalhadores não manuais; porém, os professores consideram que devem ter um salário maior do que os primeiros e equiparados a estes últimos, o que nos leva a concluir que se sentem mais identificados com as profissões típicas de classe média; iii) ademais, embora exista uma percepção de controle externo de suas atividades, especialmente por parte do governo, de modo geral predomina o sentimento de alta autonomia no trabalho, o que demonstra que a proletarização técnica na categoria é um processo parcial e inconcluso.

Esses dados indicam que o intenso processo de precarização nas condições de trabalho e desvalorização social (principalmente por conta dos baixos salários) tem levado a categoria a assumir a condição de classe trabalhadora e se inserir na luta sindical como forma de resistência à proletarização. Porém, ainda assim, são fortes as evidências de sua inserção de classe média não só como grupo social fundamental, mas sobretudo em suas práticas e relações (políticas, econômicas e ideológicas) de classe. Dito de outra forma, mesmo considerando exclusivamente a dimensão objetiva no trabalho, a inserção dos professores no proletariado é problemática, já que não se evidencia a total perda de autonomia e controle externo em seu processo de trabalho, nem mesmo a perda de sua condição de especialista (cisão trabalho manual e não-manual), cuja manifestação ideológica está no apego ao discurso meritocrático. Sendo assim, ao tratarmos da inserção de classe dos docentes da rede básica na conjuntura atual, não podemos concluir acerca de um processo de proletarização da categoria completo e concluído, mas que suas práticas de classe média convivem com uma situação de trabalho em processo de degradação.

Referências

- ALVES, A. E. S. Trabalho docente e proletarização. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.36, p. 25-37, dez. 2009.
- APPLE, M. W. **Educação e Poder**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.
- APPLE, M.; KENNETH, T. Está o professorado perdendo o controle de suas qualificações e do currículo? **Teoria & Educação**. Porto Alegre, n.4, p.62-73, 1991.
- BAUDELLOT, C.; ESTABLET, R. **La escuela capitalista**. Madrid-España: Siglo Veintiuno Editores, 1975.
- BOITO JR., A. **Classe média e sindicalismo**. Campinas: Coleção Primeira Versão, 2004.
- CARRERA, N. I.; PODESTÁ, J. Análisis de una relación de fuerzas sociales objetiva: caracterización de los grupos sociales fundamentales en la Argentina actual. **Cuadernos de Cicso**, Serie Estudios n. 46, 1989.
- DONAIRE, R. **La clase social de los docentes**: condiciones de vida y de trabajo em Argentina desde la colonia hasta nuestros días. Buenos Aires: Ediciones Ctera, 2009.
- DONAIRE, R. La posición social de los docentes: una aproximación a partir del estudio de los docentes de la ciudad de Buenos Aires. **Revista de Educação PUC-Campinas**. Campinas, n. 28, pp. 113-129, jan-jul. 2010.
- DONAIRE, R. **Los docentes en el siglo XXI**: empobrecidos o proletarizados? Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.
- ENGUIITA, M. F. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. **Teoria & Educação**. Porto Alegre, n.4, p.41-61, 1991.
- GEPECSO. **Condições de trabalho e relações de classe dos docentes da rede básica de ensino no município de Guarulhos-SP**. Relatório de pesquisa. Guarulhos-SP: Universidade Federal de São Paulo, 2014.
- JÁEN, M. J. Os docentes e a racionalização do trabalho em educação: Elementos para uma crítica da teoria da proletarização dos docentes. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n.4, p.74-90, 1991.
- LOCKWOOD, D. **El trabajador de la clase média**. Madrid, Aguilar, 1962.
- MAIA, A. G. **Estrutura de classes e desigualdades no Brasil**. São Paulo: LTr, 2009, p. 9-43.
- OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, vol. 85, no. 89, p.1127-1144, set./dez. 2004.

OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. F. **Trabalho docente na educação básica**: a condição docente em sete estados brasileiros. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

OZGA J; LAWN M. O trabalho docente: Interpretando o processo de trabalho do ensino. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n.4, p. 140-158, 1991.

QUADROS, W. J. **Aspectos da crise social no Brasil dos anos oitenta e noventa**. Tese (Livre Docência). Instituto de Economia, Unicamp, 2003.

SANTOS, J. A. F. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.20, nº 58, 2005.

SAES, D. Classe média e escola capitalista. **Crítica Marxista**. Cemarx, IFCH, UNICAMP, nº21, 2005.

SOUZA, A. N. A racionalidade econômica na política educacional em São Paulo. **Proposições** (Unicamp), Campinas (SP), v. 13, n. 1, p. 105-130, 2002.

SOUZA, D. C. C.; FERNANDES, B. P.; FILGUEIRA, V. Racionalização, intensidade e controle do trabalho docente na rede básica de ensino. **Trabalho & Educação**. Belo Horizonte, v. 24, n. 3, pp. 139-157, set-dez. 2015.

TRÓPIA, P. V.; SOUZA, A. N. O movimento sindical docente contra a proletarização do trabalho no Brasil contemporâneo. In: DAL ROSSO, S.; FERREIRA, M. O. V. (Org.). **Sindicalismo em educação e relações de trabalho**: uma visão internacional. 1ed. Brasília: Paralelo 15, 2015, v. 1, p. 247-280.

TUMOLO, P. S.; FONTANA, K. B. Trabalho docente e capitalista: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990. **Educação e sociedade**, Campinas, vol. 29 n102, p. 159-180, jan./abr. 2008.